

ECONOMIA BRASIL Rumo à Razão

ESTE ano de 1986 que viu nascer o Cruzado I e o Cruzado II — e que assistiu a uma reforma monetária, ao congelamento de preços, à baixa das taxas de juros para níveis internacionais e sua rápida e desconcertante alta — caminha, ao apagar das luzes, para um pouco mais de racionalidade.

O congelamento dos preços, que gerou o ágio, cede lugar ao entendimento das empresas com o CIP para realinhar suas planilhas de custos sob os olhos do governo. A contabilidade das Sociedades Anônimas, que se submeteria à geração de lucros irreais se não houvesse um deflator oficial, pode agora ser corrigida depois de um acerto entre a Comissão de Valores Mobiliários e a Secretaria da Receita Federal. O mercado de capitais reage de forma favorável ao influxo de capital novo provocado pela atração dos preços baixos e pelo feliz lançamento do PAIT, um programa que permite a formação de pecúlios para a aposentadoria de trabalhadores com muito mais flexibilidade que tudo o que existia antes.

Não se resolveram todos os gargalos da economia, é verdade, nem foi retirada a dose de irrealismo com que se tratam ainda vários pontos relevantes. O próprio PAIT ainda carece de melhor regulamentação. Muita gente dentro do governo ainda não acordou para a realidade pura e simples de que é melhor capitalizar os resultados positivos do Cruzado — na medida em que este plano nos fez sair de uma louca espiral inflacionária e de ameaças de hiperinflação — do que sonhar com um universo perfeito de índices de custo de vida suíços, com taxas de crescimento da economia iguais às do Japão. É uma geografia impossível.

Se é necessário reconhecer que estamos melhor com a inflação de hoje que com a hiperinflação que nos ameaçou, é forçoso, também, dizer que as ameaças à economia privada continuam. Não há nem nunca parece ter havido ingenuidade por parte das forças que, dentro do governo, preferiram uma economia inteiramente estatizada em lugar da desestatização que o Presidente se propôe a fazer.

A grande questão na cabeceira de 1987 será quem irá investir, e como irá investir a longo prazo. Trata-se, pura e simplesmente, de definir as formas de apropriação da poupança, por particulares ou pelo Estado, e de canalizar a massa de dinheiro disponível para enfrentar a escassez que salta aos olhos de todo mundo.

Quais os gargalos com os quais este país se debate? Falta energia elétrica, falta gás para consumo industrial, a balança de petróleo continua deficitária e deverá aumentar esse déficit, pois para cada unidade adicional de produto queima-se energia. Faltam portos, faltam estradas, faltam serviços essenciais na área da saúde, da higiene, das escolas.

A sociedade brasileira não questiona o Governo quando este amplia o atendimento à saúde, ou parte para uma campanha moralizadora dos serviços essenciais, como os do IAPAS. Esse é o dever do Estado. O que se deve questionar é o destino de cada centavo de poupança disponível para investimento que vai esbarrar na mão do Governo sob formas compulsórias.

O melhor exemplo de que o Estado está se apropriando de poupança para seus próprios fins, sem que isso signifique uma melhoria do perfil produtivo do país, é o Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND. Todos se lembram da retórica com a qual esse Fundo foi criado. Os Ministros vieram a público afirmar que o FND seria uma poderosa arma para investimentos produtivos e que nunca se destinariam a cobrir os déficits públicos. Em primeiro lugar, é preciso afirmar que esse dinheiro está entrando na caixa única da União, desde quando começou a ser arrecadado, não importa com que rubrica, e se dissolve no buraco negro do déficit.

Se essa poupança fosse entregue ao setor privado para levantar novas petroquímicas, para construir terminais portuários eficientes, para aumentar a capacidade de silos e armazéns em áreas agrícolas estratégicas, para fazer ramais ferroviários em pontos de estrangulamento do escoamento de safras, ou qualquer outra finalidade econômica, os resultados seriam diferentes. O dinheiro orientado para o aumento da produtividade é uma coisa. O dinheiro diluído no buraco sem fundo do déficit público é outra.

O FND aparece, de repente, com 12 milhões de cotistas e uma declaração de intenções bem ao estilo da **República Estatizante** que resiste aos apelos do Presidente para a redução das atividades do Estado na economia. De repente, esses doze milhões de cotistas são informados de que seu dinheiro irá tapar o rombo da Siderbrás e financiar um projeto de um avião novo da Embraer no valor de Cz\$ 1 bilhão.

A Embraer é um bom exemplo de empresa produtiva deixada na constelação de ineficiências que é o Estado. Os doze milhões de cotistas do FND têm, porém, todo o direito de pedir as contas da caixa do FND para medirem com exatidão até onde a poupança nacional será apropriada para tapar buracos, como é o caso da Siderbrás, e até onde servirá ao que o Presidente quis dizer acenando para a redução da presença do Estado na economia. Não se cortam as asas do Estado apenas com boas intenções; a Embraer pode ser apenas uma cortina de fumaça. E é exatamente porque o Governo raspa o fundo do tacho da poupança que faltam recursos para os investimentos privados. Realimenta-se o Estado ineficiente, descapitaliza-se a sociedade eficiente. Um círculo vicioso que pode nos levar de volta ao atraso, não importa quão promissores sejam os sinais de racionalidade de que partem agora da vasta família do Cruzado.